

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

_____. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec – Edusp, 1978.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta Curricular para o ensino de Geografia, primeiro Grau*. 5. ed. São Paulo: SE/Cenp, 1990.

SIMIELLI, Maria Elena. *O mapa como meio de comunicação: implicações no ensino de Geografia do 1º grau*. 1986. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP, São Paulo, 1986.

STRAFORINI, Rafael. *Ensinar Geografia: o desafio da totalidade mundo nas séries iniciais*. São Paulo: Annablume, 2004.

VESENTINI, José. Willian. *Para uma geografia crítica na escola*. São Paulo: Ática, 1992.

ZUSMAN, Perla Brígida. *Tierras para el Rey. Tres fronteras y la construcción colonial del territorio del Río de la Plata (1750-1790)*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Departament de Geografia; Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2000.

JOGOS E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS PARA O ENTENDIMENTO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Sonia Maria Vanzella Castellar
Jerusa Vilhena de Moraes
Ana Claudia Ramos Sacramento

Desde o final da década de 90 do século 20, os autores que discutem questões de metodologia e didática do ensino de Geografia têm realçado a importância de promover atividades em sala de aula que levem os alunos a darem significado aos conceitos científicos.

De acordo com as propostas, podem ser trabalhados jogos, imagens e documentos cartográficos (como plantas cartográficas, cartas topográficas, etc.), que possibilitem, aos alunos, refletir sobre os fenômenos geográficos ensinados e, ao professor, refletir sobre a maneira como ensinam e sobre os instrumentos necessários para determinadas abordagens conceituais e de conteúdos.

Constatamos que algumas dessas questões já eram discutidas no ensino das Ciências Exatas desde os anos 60 do século 20. Nas universidades, porém, os temas sobre práticas e recursos pedagógicos que se articulavam à estrutura de aprendizagem (como jogos e resoluções de

problemas) eram incipientes na área de ensino de Geografia. Essa reflexão é importante para delinear novas perspectivas de construção do conhecimento geográfico.

A pertinência dessa discussão nos remete à necessidade de uma reflexão teórica (em termos de conceitos e de aprendizagem) sobre o emprego de determinados recursos pedagógicos em sala, como os jogos, para que eles não sejam aplicados como um fim em si mesmos, mas ajudem o aluno a construir o sentido de um determinado conceito ou conteúdo que o professor pretende desenvolver.

Neste texto, pretendemos apresentar parte de uma das atividades desenvolvidas no curso Ler e Escrever em Geografia, voltado para Professores de Educação Básica do Ensino Fundamental II (PEB II), e uma atividade desenvolvida pelos alunos do nono ano de uma escola particular, ambas realizadas na cidade de São Paulo.

Em ambas as atividades nosso foco esteve voltado para a aprendizagem do conceito de espaço geográfico por meio de jogos e da metodologia de resolução de problemas. Nossa intenção é a de refletir sobre a aprendizagem conceitual que os alunos desenvolveram e verificar como o uso de metodologia auxilia no processo de conhecimento dos fenômenos geográficos.

Em um primeiro momento apresentaremos algumas sucintas referências em torno do conceito de espaço geográfico e, a seguir, como este pode ser trabalhado no contexto escolar. Em seguida abordaremos aspectos relacionados à estrutura de aprendizagem (resolução de problemas) e a forma como ela pode ocorrer (jogos, utilização de mapas e imagens, etc.). Por fim, apresentaremos as atividades desenvolvidas com um grupo de professores e com alunos e refletiremos sobre os resultados.

O Espaço Geográfico e sua Compreensão no Ensino

No ambiente escolar o conhecimento geográfico deve ser desenvolvido de forma a levar os alunos a analisarem e apreenderem os diferentes conceitos a partir de seu cotidiano, a fim de que compreendam as relações entre o espaço local e o global.

Construir um raciocínio geográfico implica, do ponto de vista do professor, ajudar a desenvolver no aluno um raciocínio espacial que o leve a identificar, analisar e correlacionar os diferentes fenômenos que se apresentam no espaço, que se modifica e deve ser entendido pelos movimentos e interferências do homem.

Dessa maneira, pensar conceitualmente em Geografia é interpretar e compreender a dinâmica espacial, associando-a às diferentes estruturas, formas e produções que tanto a sociedade quanto a natureza constroem.

Segundo Santos (1996, p. 26), o espaço geográfico "é considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que os preenche e os anima". Nesse sentido, consideramos que o ensino de Geografia deve ser entendido e trabalhado com a observação e análise dos objetos que foram construídos e que estão inseridos no espaço e no tempo com uma função social específica.

No espaço geográfico o homem se organiza, se orienta, localiza-se e pode dar novos e diferentes usos aos objetos nele presentes para diversos fins. O homem interage com esses objetos, criando um instrumento material de sua vida, de sua ação, de sua história cultural e social.

Santos (p. 39) salienta também a necessidade de identificarmos no espaço elementos que o constituem, afirmando:

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrotécnicas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Ou seja, no espaço geográfico o homem cria novas possibilidades artificiais e modifica a natureza, deixa suas marcas históricas e culturais, dá forma e conteúdo à reprodução das relações sociais em um determinado momento histórico e dá vida às relações entre a sociedade e o espaço geográfico.

Ao construir sua casa, estradas ou edifícios, o homem ordena o espaço, realiza suas ações e suas inter-relações. Assim, para um geógrafo, os objetos técnicos, por si sós, não se explicam se não tiverem uma utilidade para a prática humana. Isso porque existe uma intenção ao transformar um objeto natural em artificial e, muitas vezes, essa intencionalidade¹ faz com que o homem o crie e interaja com ele. Ou seja, os objetos e as ações não devem ser separados. Para fazerem sentido eles precisam ser entendidos em conjunto, porque nos objetos existem ações que contemplam as intenções do homem em produzir relações de trabalho, de cultura, e, principalmente, sociais, formando assim o espaço.

Os objetos técnicos devem estar sempre relacionados às relações sociais que os criaram, e se materializam em uma dada configuração territorial. Essa configuração é construída de acordo com a necessidade que o ser humano tem de materializar o natural em artificial. Santos (1996, p. 51) destaca a esse respeito:

¹ Milton Santos (1996) argumenta, com base em Jean Beaufet, que a intencionalidade é o traço fundamental do vivido em geral, por isso está tão presente nas ações humanas.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.

Ao mesmo tempo, podemos estudar o espaço como construído de possibilidades sobre a realidade, que, como descreve Lefebvre (1991), impregnadas de imagens, símbolos e signos, dão vida ao espaço, criando formas de interpretá-lo, fomentando sua construção a partir das ações dos arquitetos que idealizam os objetos que serão postos no espaço e da compreensão sobre o cotidiano no qual as pessoas se inter-relacionam, exprimindo nele sua cultura, sua técnica, suas ações. Nessa relação está o espaço socialmente produzido, discutido por Lefebvre, o qual mencionamos:

[...] todo espaço é produto, e, em seguida, que esse produto não resulta do pensamento conceitual, o qual é, imediatamente, forma produtiva. O espaço, considerado como produto, resulta das relações de produção a cargo de grupo atuante [...] Não se trata da terra, do solo, mas do espaço social como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade (como se diz) [...] (1999, p. 142);

O espaço social é um produto da sociedade, comprovadamente, e que depende antes de tudo da contradição, através da descrição empírica antes de toda teorização (1976, p. 30).

As transformações do espaço estão associadas à forma como o homem organiza a sua produção, a sua relação com outro ser humano e a maneira como a sociedade se territorializa. Essas relações estão no espaço vivido pela sociedade e, mais especificamente, pelo aluno. Compreender a produção social do espaço é lidar com as situações do coti-

diano, é criar teorias que permitam um entendimento científico sobre essa realidade. Por essa razão o espaço social é interligado às relações vivenciadas pela sociedade em um determinado lugar, interferindo e modificando sua dinâmica.

Além disso, Lefebvre mostra-nos como o cotidiano se modifica e se torna um elemento importante para conhecer o espaço vivido, uma vez que faz parte da vivência do homem. Não o cotidiano repetitivo, mas o que se transforma pela prática social, pela necessidade de o homem estabelecer relações com o outro. O cotidiano, então, passa a ser explorado como forma de objetivar novos produtos que serão condicionantes para a mudança do espaço. É nesse cotidiano que os alunos vivem. Então:

O cotidiano, como conjunto de atividades em aparência modestas, como conjunto de produtos e de obras bem diferentes dos seres vivos (plantas, animais, oriundos da *Physis*, pertencentes à Natureza), não seria apenas aquilo que escapa aos mitos da natureza, do divino e do humano [...] Seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade, etc.) [...] (Lefebvre, 1991, p. 19-20).

A partir do momento em que pensamos como o vivido pode ser importante para desvendar as contradições existentes no cotidiano, os alunos param para refletir sobre sua vida.

A Geografia tem a função de transformar o modo de os alunos pensarem como se organiza o espaço e, principalmente, de lhes mostrar as diferentes relações estabelecidas entre os homens e entre os elemen-

tos espaciais. Dessa forma, o trabalho com o espaço vivido dos alunos permite a percepção da importância concreta da disciplina, tornando-a muito mais dinâmica e interessante.

Por meio do estudo dessas relações é possível observar e analisar as marcas expressas na paisagem, que modificam o conteúdo dos objetos e que se transformam em determinado momento histórico. Nessa perspectiva, estudar o espaço geográfico é repensar o contexto no qual ele está inserido e, ao mesmo tempo, a história que dá vida e organiza o espaço socialmente produzido.

Quando tratamos, por exemplo, do espaço nacional brasileiro ou do espaço nacional chinês, é necessário promover uma reflexão sobre a forma como eles foram transformados ao longo do tempo, tanto pela influência dos objetos técnicos quanto pela cultura de cada povo, de acordo com suas ações políticas, culturais, sociais e religiosas.

Ao estudar o espaço chinês temos de entendê-lo em sua dimensão física e política, analisando como sua população vive e como os objetos são e foram inseridos no cotidiano. Assim, ao tratar das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) podemos auxiliar os alunos a fazerem as seguintes perguntas: O que nos dizem os documentos, primários ou não, que sobre esse espaço foram produzidos? O que nos informam os documentos produzidos pela elite que formou esse espaço? O que nos dizem os documentos que são deixados de lado por essa elite? O que se priorizou e o que se descartou na formação social da população local? Para onde se direcionou a expansão urbana e em que período, de acordo com tal ou qual imagem e planta cartográfica? É possível vermos as marcas dos sistemas socialista e capitalista nesse espaço? Essas são algumas, entre diversas outras perguntas, que se deve ter em mente quando lidamos com o espaço geográfico na educação escolar.

